

## Tomada de Posição Conjunta

### ASSUNTO: Impactos das Intempéries e Apoio ao Alentejo Central

Os 14 Municípios que integram a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, acompanham com profunda preocupação os efeitos das recentes intempéries que assolaram o país. Antes de mais, expressámos e expressamos a nossa total solidariedade para com as populações da Região Centro e do concelho vizinho de Alcácer do Sal, territórios particularmente fustigados por estes eventos climáticos extremos.

O Alentejo Central sofreu também impactos severos. Daquilo que podemos desde já observar danos avultados afetam infraestruturas críticas e a economia local. Estamos a proceder a um levantamento concelhio dos danos, que serão reportados às autoridades competentes.

Nesse sentido, e no espírito de colaboração entre a Administração Local e a Administração Central, a CIMAC vem sensibilizar o Estado e o Governo para os seguintes pontos:

- **Mecanismos de Apoio:** O Alentejo Central não foi abrangido pelos regimes de exceção – calamidade ou contingência, mas a realidade mostra que os danos causados na rede viária, edifícios e infraestruturas municipais, em habitações, no setor agrícola e em unidades de turismo rural são muito relevantes. Os municípios do Alentejo Central necessitam com urgência de respostas que lhe permitam aceder a apoios financeiros para a reposição da normalidade.
- **Integração no PTRR:** O PTRR e as demais medidas de apoio técnico e financeiro devem considerar a realidade específica do Alentejo Central, garantindo que nenhum território fique desprovido dos recursos necessários à sua recuperação e resiliência futura.
- **Segurança Rodoviária e IP:** É fundamental que a Infraestruturas de Portugal, I.P., assegure intervenções prioritárias na rede viária nacional e regional localizada neste território.
- **Solidariedade e Coesão:** Os Municípios do Alentejo Central têm-se mobilizado de forma coordenada para apoiar as zonas mais atingidas. Exigimos que o mesmo princípio de coesão territorial seja aplicado pelo Estado e pelo Governo na resposta às necessidades urgentes dos nossos concelhos.

Évora, 24 de fevereiro de 2026